

DECLARAÇÃO DE VOTO - PONTO 1

O Sr. Fernando Ildefonso apresentou a seguinte declaração de voto: Sobre o ponto 1 da ordem de trabalhos, fomos convocados a pronunciar-nos sobre a proposta de contratação de um empréstimo bancário no valor de 25 milhões de euros, com um prazo de 20 anos, e uma taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um spread de 0,19%.

É importante sublinhar que este empréstimo representa aproximadamente 49% da receita corrente líquida anual do Município de Lagos — um valor claramente muito significativo e com impacto direto na estratégia financeira do município para a próxima década.

Com base na taxa Euribor atual (cerca de 3,45%), os encargos anuais médios com este empréstimo deverão rondar os 1,7 milhões de euros por ano, valor que se encontra confortavelmente abaixo do limite legal dos 25% da receita corrente líquida destinado ao serviço da dívida.

Contudo, este empréstimo absorve já cerca de 33% da capacidade total de endividamento legal do município, que se estima em 76,5 milhões de euros — o que reduz significativamente a margem futura para investimento financiado por crédito, nomeadamente em caso de necessidades imprevistas, emergências ou novas oportunidades estratégicas.

Assim, coloco ao Executivo Municipal as seguintes questões:

Quais os projetos concretos que irão ser financiados com este empréstimo? Seria essencial conhecer a lista detalhada de investimentos, o seu calendário e os critérios de prioridade.

Qual o estado da arte relativamente às alternativas de financiamento — nomeadamente através do PRR, do Portugal 2030, ou de candidaturas a fundos comunitários — antes de recorrer a crédito bancário?

Está o Executivo consciente de que este empréstimo, ainda que legalmente admissível, condiciona fortemente a capacidade de resposta financeira da autarquia a médio e longo prazo?

Reforço que o rigor orçamental não se mede apenas pela legalidade dos atos, mas pela prudência, clareza nas prioridades e compromisso com as gerações futuras. Esperamos, portanto, que este endividamento seja acompanhado de total transparência, controlo rigoroso e retorno claro para os municípios.

Finalmente, atendendo a que se colocou a dúvida sobre a incorreta elaboração da proposta e se levantou a questão de saber se existe congruência entre o que estamos realmente a aprovar e a efetiva proposta do Banco Caixa Crédito Agrícola, o Sr. presidente não foi suficiente esclarecedor, tendo até admitido que havendo alguma incorreção o Tribunal de Contas dará a devida atenção ao facto, e atendendo a que

votar uma proposta em que as dúvidas persistem, apesar de sabermos que é urgente investir na habitação após um atraso de décadas, sentimos que não há condições para uma votação favorável da proposta pelas dúvidas que não foram devidamente esclarecidas. Para além disso, consideramos que pode haver aqui subjacente um aproveitamento político para fins eleitoralistas querer apressar este contrato de crédito quando estamos a 3 meses das eleições autárquicas, sabendo de antemão que a aprovação de tal proposta pode vir a condicionar o futuro executivo, que pode vir a ser constituído por um partido político diferente do atual. Pelas razões expostas a nossa posição vai ser de abstenção.